

GLÁUCIA DO CARMO XAVIER
Psicopedagoga Clínica e Institucional
Mestranda em Educação / PUC-MG
glaucarxa@bol.com.br

O ALUNO DIABÉTICO E A ESCOLA: inclusões e exclusões

Vivenciando a realidade de uma cidadã, professora e aluna diabética, interessei-me pelo assunto da inclusão na escola. Ao cursar a primeira especialização em Psicopedagogia tive o primeiro contato com o tema: PNEE (Portador de Necessidade Educativa Especial) e interliguei minha vivência aos estudos. Minha monografia tratou sobre o aluno diabético, como PNEE, e as relações que a escola mantém com as necessidades e especificidades que esse aluno apresenta e que são refletidas na escola, daí o conceito “necessidades educativas especiais”. Esse conceito engloba as necessidades que os alunos apresentam, sejam elas de natureza orgânica ou não, de caráter temporário ou permanente, mas cujas conseqüências incidem no processo educacional.

Ao contrário do que muitos pensam, as necessidades educativas especiais não têm associação direta com a deficiência. Com isso, pode-se concluir que os alunos com deficiência são pessoas com necessidades educativas especiais, porém nem todas as pessoas com necessidades educativas especiais apresentam deficiência.

O termo PNEE (portador de necessidades educativas especiais), segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº2), é aquele que durante o processo educacional, por tempo limitado ou ilimitado, apresenta:

dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares (as relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências e as não vinculadas a uma causa orgânica específica), dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, e altas habilidades ou superdotação, grande facilidade de aprendizagem que leve estes alunos a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (art. 5º, incisos I, II, III).

Levando em conta que várias são as necessidades educativas especiais pode-se citar, como exemplo, perfis como o aluno com dificuldades de aprendizagem, com TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade), com dislexia, o aluno hospitalizado, epilético, diabético, gago, artista de circo, cigano, desnutrido, que sofre abusos sexuais, entre outros, além dos alunos com alguma síndrome ou deficiência.

Essa situação implica que a nomenclatura abranja situações que extrapolam a visão tradicional de deficiência, baseada em referência de déficit. Assim, o novo contexto inclui um leque vasto de “diferenças”, tanto físicas e fisiológicas, quanto sócio-culturais. (GARCIA e MOREIRA, 2003)

O termo PNEE (portador de necessidades educativas especiais) é novo entre os educadores, fazendo com que muitos nem mesmo saibam, por completo, seu conceito e abrangência. De acordo com seu conceito, o diabético é considerado um PNEE, devido às necessidades educativas especiais que ele apresenta dentro da escola. Foi pensando nestes contrapontos que surgiu a idéia de investigar quem é para a escola o PNEE e se o diabético fazia parte deste grupo. O trabalho que concluí buscou também compreender como as escolas identificam e atendem os PNEEs.

A pesquisa foi realizada em 12 escolas municipais da regional Pampulha, em Belo Horizonte. Porém, como 2 escolas não responderam o questionário, os resultados da pesquisa se basearam nas 10 escolas participantes. Esse trabalho, através de questionários, sugeriu 18 perfis como PNEE: superdotado, deficiente mental, deficiente auditivo, mudo, diabético, com dificuldades na fala,

hiperativo, educando hospitalizado ou com problemas de saúde, desprovido de materiais básicos para a sua atividade escolar, deficiente físico, desnutrido, gago, epilético, deficiente visual, tímido, autista, com déficit de atenção e com dificuldades de aprendizagem.

O quadro a seguir representa as considerações das escolas pesquisadas e a quantidade desses perfis encontrados nelas.

	PERFIL	QUANTIDADE DE ESCOLA QUE CONSIDERA O PERFIL COMO PNEE	QUANTIDADE APROXIMADA DE CADA PERFIL PRESENTE EM CADA ESCOLA
1	Superdotado	10	Menos de 5
2	Deficiente mental	10	Menos de 5
3	Deficiente auditivo	10	Menos de 5
4	Mudo	10	Menos de 5
5	Diabético	03	De 5 a 10
6	Com dificuldades na fala	05	De 10 a 30
7	Hiperativo	08	De 10 a 30
8	Educando hospitalizado ou com problemas de saúde	02	Menos de 5
9	Desprovido de materiais escolares básicos para a sua atividade escolar	01	Mais de 50
10	Deficiente físico	10	Menos de 5
11	Desnutrido	03	Mais de 50
12	Gago	04	De 10 a 30
13	Epilético	03	De 10 a 30
14	Deficiente visual	10	De 30 a 50
15	Tímido	02	Mais de 50
16	Autista	10	Menos de 5
17	Com déficit de atenção	07	Mais de 50
18	Com dificuldades de aprendizagem	04	Mais de 50

A pesquisa comprovou que as escolas não têm claro quem são os alunos com NEE, pois todas elas consideram como tal os alunos com deficiência física, mental, visual e auditiva, o aluno superdotado, o mudo e o autista. O aluno com poucas condições financeiras, que nem mesmo possui materiais escolares básicos para sua atividade escolar só foi considerado portador de necessidade educativa por uma escola. É notório que esse aluno necessita de um olhar especial. Como é possível ter um processo educativo de sucesso, se nem mesmo o material básico o aluno possui?

O mesmo aconteceu com o aluno com dificuldades de aprendizagem, ele apareceu como um perfil comum entre as escolas, com uma média de mais de 50 alunos com essa situação, por escola pesquisada. Mesmo com dificuldades para aprender, somente quatro escolas o consideraram PNEE.

Pôde-se constatar que há divergências entre as escolas até mesmo sobre a definição do termo PNEE. O aluno tímido, o gago, o epilético e outros, não foram considerados por todas elas como PNEE, mas sabe-se que cada um deles possui necessidades especiais que necessitam de uma atenção maior na escola e principalmente, dentro da sala de aula.

O diabético, que foi o foco da pesquisa, foi um dos perfis sub-representados pelas escolas. Viu-se que somente cinco delas, ou seja, metade considera o diabético como PNEE. De acordo com o quadro, confirma-se, portanto, que o diabético é um perfil habitual nas escolas e mesmo com suas necessidades

e portando uma doença crônica e grave não é reconhecido como um aluno que mereça um olhar especial.

Outro ponto constatado foi a maneira como a escola identifica alunos que necessitam de atenção especial: 90% delas utilizam a observação do professor. O uso da ficha de matrícula e as reuniões de pais aparecem em segundo lugar, com 60%. Comprovam-se limitações nos meios para identificar as necessidades especiais de seus alunos, por parte da escola; considerando que elas se baseiam, quase que em sua totalidade, somente nas considerações dos professores. Portanto, se a forma de identificação for limitada e conseqüentemente ineficaz, não há como incluir todos, pois nem sequer saberemos quem está sendo excluído. Dessa forma, esses dados confirmam que a escola contribui para a exclusão, já que não inclui, nem mesmo considera PNEE aquele que precisa de atendimento diferenciado e olhar especial.

Entretanto, mesmo com um processo de identificação tão limitado, a escola consegue determinar casos de PNEE. Assim que faz a identificação, a escola usa meios para assessorar este aluno. De acordo com o questionário, a escola afirma que se compromete em auxiliar e todas afirmam que procuram adaptar-se às necessidades dele. Isso representa um grande salto para a inclusão; o reconhecimento da necessidade de a escola adaptar-se para o PNEE e não ele se adaptar à escola. Também, em relação às medidas tomadas pelas escolas, assim que identificam um aluno PNEE, a recomendação por atendimento extra-escolar apareceu em 60% delas, ou seja, para a maioria das escolas o atendimento desse aluno deve ser feito em outros ambientes.

Das escolas pesquisadas, uma não se considera inclusiva, e 6 se consideram em alguns aspectos (os aspectos não foram descritos, uma vez que o questionário é baseado em perguntas fechadas). A maioria não tem sequer um projeto de Educação Inclusiva, projeto este considerado por todas elas importante, para que elas sejam consideradas inclusivas. A formação especializada dos professores não se fez presente nas escolas quando o assunto é NEE.

Quanto ao perfil das escolas, o nível de escolaridade dos professores, em geral, é superior e com pós-graduação e, em 90%, os alunos como um todo, com ou sem NEE, freqüentam-nas por mais de cinco anos.

É importante ressaltar que o diabético é um aluno PNEE, pois o aparecimento da doença na fase da infância ou adolescência pressupõe um agravante no tratamento, pois a doença não tem cura; este diagnóstico traz um rótulo oculto de um indivíduo marcado para sempre com uma disfunção orgânica. Outro agravante é o uso da insulina, que obrigatoriamente deve ser diário e através de injeções. Dependendo do controle, o uso da insulina é feito mais de uma vez ao dia, tornando a rotina desgastante e desagradável. Esta sensação permanente de insatisfação gera tensão, angústia e medo, características próprias também, da disfunção insulínica no organismo. Todos estes sentimentos, reunidos com a rejeição da doença levam o diabético a ter uma atividade maior do sistema nervoso autônomo, fazendo com que a adrenalina e outros hormônios antagonistas da insulina sejam liberados e conseqüentemente, levando ao aumento da glicemia. “Por isso, [...] o tratamento do diabético envolve o biológico e o relacional: família, escola, trabalho e lazeres.” (CRUZ, 2004). Além de ser recomendado um acompanhamento psicológico para esta criança.

Segundo Cruz (2000) a desinformação da doença como: não cicatrizar cortes, não poder fazer cirurgias, não poder casar, tornar-se impotente sexualmente, ficar cego, ter membros amputados; faz com que a auto-estima deste indivíduo fique afetada a ponto de poder se tornar uma pessoa apática. Este sentimento de diferença em relação aos demais causado pelos destorcidos conceitos, que podem se tornar reais caso a doença não seja tratada, influencia negativamente na personalidade da pessoa, ocasionando uma vida cheia de conflitos, por isso, o trabalho multidisciplinar se torna tão importante.

Referido trabalho auxiliará também na dieta tão rigorosa, pois para a criança o doce tem um papel importante na sua vida. A privação desse alimento pode causar repulsa às pessoas que a cercam por exigir um regime que não é comum aos amigos e familiares, reafirmando uma personalidade insegura e agressiva.

Muitos fatos constataam a condição do aluno diabético como PNEE. Devido às descompensações de glicemia, pode acontecer do aluno passar mal na escola e perder a lucidez, desmaiar; isso, além de acarretar um mal estar perante os colegas, ocasiona perda de aulas e possíveis faltas. As faltas, conseqüentemente, levam o aluno a perder explicações e conteúdos, que posteriormente serão cobrados em atividades avaliativas, essas situações refletirão nas notas e nos resultados escolares do aluno. Caso a escola e seus educadores não tenham um olhar especial para o diabético, esse aluno ficará prejudicado em sua vida escolar.

Como se verificou ao longo dessa monografia, a escola ainda vê o PNEE como aquele aluno que tem uma deficiência física, assim foi a constatação, por unanimidade, através do questionário. O diabético, que é o foco da pesquisa, foi um dos perfis desconsiderados pelas escolas.

Somente 30% das escolas se dizem conhecer as características e necessidades de um diabético e sabem identificar e proceder corretamente caso haja uma urgência, e o mais surpreendente é que apenas 20% das escolas se dizem preparadas para acolher alunos diabéticos. Este dado comprova a hipótese inicial do trabalho: as escolas não estão preparadas para atender alunos diabéticos, falta formação e capacitação aos professores e gestores, sobre ao assunto. A deficiência começa nos meios de identificação utilizados, seguidos dos procedimentos para atender esses alunos, que ainda não são comuns a todas as escolas.

Portanto, foi comprovado que as escolas municipais de Belo Horizonte precisam reconhecer as inúmeras necessidades educativas especiais de seus alunos, adequar-se a novos métodos de atendimento às peculiaridades desses alunos e proporcionar ao seu corpo docente formação, para um melhor atendimento ao aluno PNEE, em especial o diabético.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação:** sobre necessidades educativas especiais – Coordenadoria Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 1994.
2. CRUZ, A; PINTO, M.L. **A criança diabética e seu desenvolvimento psicológico.** Psicologia. 1981. 2(8):47-51. out-dez.
3. CRUZ, A. **Sobre a diabetes: sua característica e a psicologia.** Belo Horizonte. Psicologia Clínica e Psicoterapia. 1980. 4(1):11-17. jun.
4. FERREIRA, J.R. **A nova LDB e as Necessidades Educativas Especiais.** Mimeo. São Paulo, 1997.
5. GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antônio Flávio (orgs). **Currículo na contemporaneidade:** incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.
6. GUIMARÃES, T. M. (Org.) **Educação Inclusiva:** construindo significados novos para a diversidade. Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais, 2002.
7. JABLONKA, S. **Diabetes Mellitus.** São Paulo: Fundo editorial BYK, 1980.
8. OPPENHEIM, R. **Fiquei diabético, e agora?** [s.l.]; Ed. Saraiva, 1996.